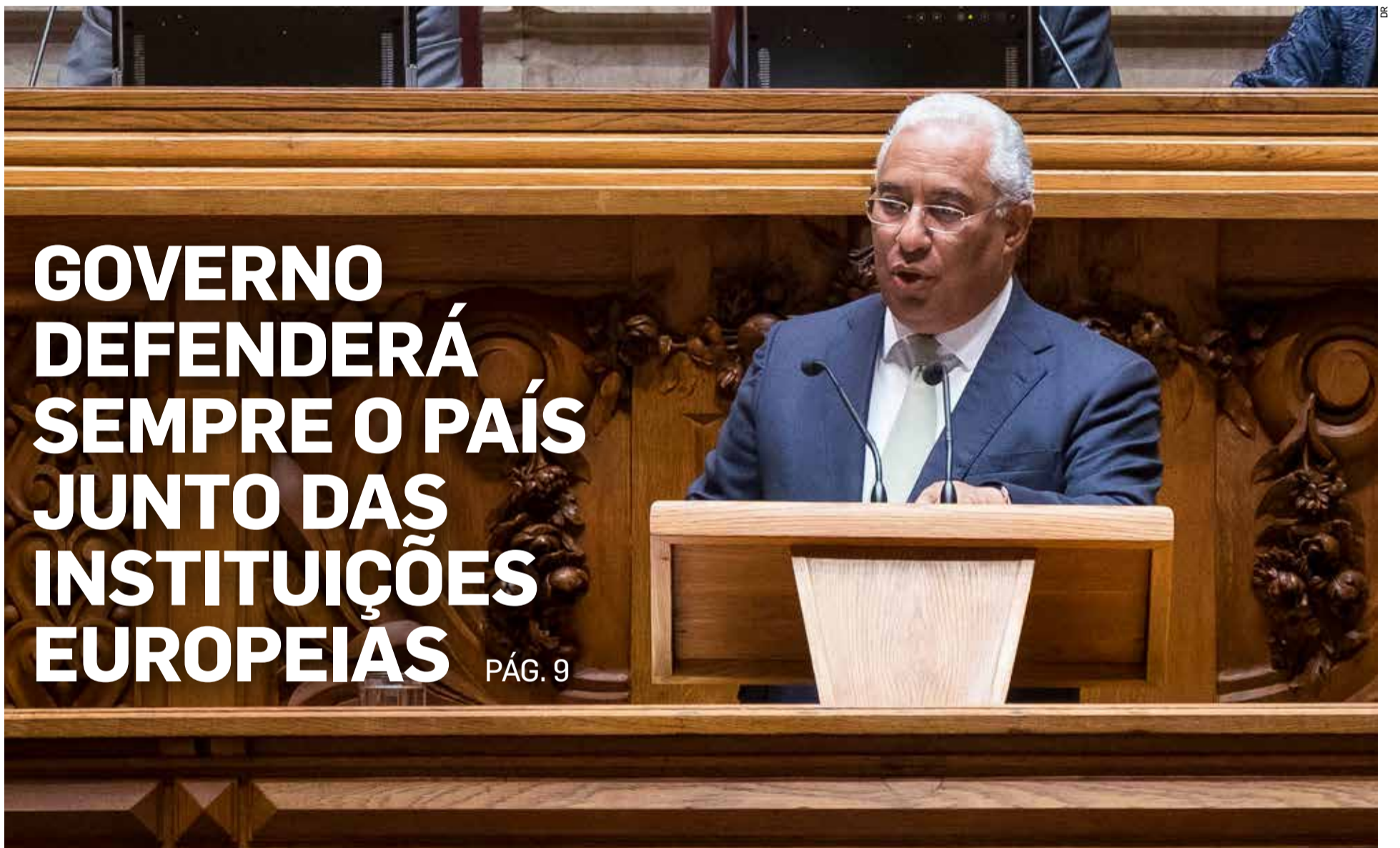




ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA ANA/PS
**“VENÇER AS AUTÁRQUICAS
 É O GRANDE OBJETIVO”**

PÁG. 15



**GOVERNO
 DEFENDERÁ
 SEMPRE O PAÍS
 JUNTO DAS
 INSTITUIÇÕES
 EUROPEIAS** PÁG. 9

ACÇÃO SOCIALISTA DIGITAL DIÁRIO

SUBSCREVA
AQUI



DIAS ÚTEIS
ÀS 17H
 CONTEÚDOS
 EXCLUSIVOS

QUENTE & FRIO

MARY RODRIGUES

A ESCALDAR CAMPEÕES

"Um feito histórico" e um "trabalho extraordinário", foi como o primeiro-ministro, António Costa, classificou o maior feito da história da nossa seleção nacional ao sagrar-se campeã da Europa em futebol.

Foi a vitória da raça e do coletivo. Mas o desporto português, que está em alta, viu ainda a seleção de hóquei em patins vencer o campeonato da Europa e no atletismo vários atletas serem medalhados.



QUENTE GOVERNO DO PS ESTREITA DIÁLOGO COM AS POPULAÇÕES

Os cidadãos em Portugal, à semelhança das democracias mais avançadas do mundo, podem apresentar projetos que depois poderão ser inscritos no Orçamento de Estado para 2017, nas áreas da cultura, ciência, agricultura e formação. O Governo do Partido Socialista já anunciou que disponibilizará 3 milhões de euros para o primeiro Orçamento Participativo.

Recorde-se que o modelo foi já testado, com enorme êxito, em muitos municípios, designadamente em Lisboa, quando António Costa foi presidente da câmara, contribuindo de forma decisiva para diminuir a despesa e estreitar o diálogo com as populações, melhorando a qualidade da democracia e da despesa pública.



FRIO UM SUPER-JOB PARA DURÃO BARROSO

A notícia cai que nem uma bomba, apesar do personagem já ter dado provas suficientes da sua enorme desfaçatez sem limites e ausência de ética e já provocou a indignação e um enorme coro de protestos em Portugal e no estrangeiro. Durão Barroso, ex-presidente da Comissão Europeia, vai ocupar o cargo de presidente não executivo do mais polémico banco de investimento do planeta, a Goldman Sachs, que teve um papel cimeiro na enorme crise financeira de 2008 e da banca mundial. A boa notícia é que o antigo líder do PSD nunca mais terá condições para voltar à política ativa.



GELADO BENEVOLÊNCIA VS DIFICULDADES POR ENCOMENDA

Ao contrário do que fez a direita no poder, o Executivo socialista está a defender, nas frentes europeias, os interesses de Portugal e dos portugueses.

Ao lutar contra eventuais sanções de Bruxelas e Berlim e pelo aumento de capital da Caixa Geral de Depósitos, António Costa está a fazer o que não foi feito nos últimos quatro anos, quando PSD e CDS, coligados, aplicaram o lema do "ir para além da troica" nos sacrifícios impostos aos cidadãos como forma de ganhar "folga" dos credores. Resultado: Benevolência para quem falhou todas as metas orçamentais e dificuldades por encomenda para um Governo que nem sequer se prevê que falhe. Resumindo: Injustiça colossal! ■



JORGE FERREIRA

GOVERNO ASSUME COMBATE CERRADO À PRAGA DAS PRAXES

"Não há praxes boas e praxes más", afirmou ontem o ministro do Ensino Superior, considerando-as uma "prática fascizante" que nada tem a ver com tradição académica. Uma "praga" que, defendeu, deve ser alvo de um "combate cerrado".

"CONSIDERO que não há praxes boas e praxes más. Sou manifestamente contra as praxes e é isso que vou escrever a todos os dirigentes estudantis. E é essa a única posição que devemos tomar. Hoje é de facto o combate a esses movimentos que tem que ser considerado do ponto de vista político, mas sobretudo da comunicação do que deve ser o ensino superior", disse, no Parlamento, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor.

Na audição regimental pelos deputados da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, o ministro anunciou que vai escrever uma carta na primeira semana de setembro, antes do arranque do próximo ano letivo, a dirigentes estudantis, reitores das uni-

versidades e presidentes dos politécnicos a apelar à "máxima vigilância e o total repúdio das praxes".

"É uma prática que temos que vigiar, é uma luta que não está ganha na sociedade portuguesa", disse o ministro, que defendeu ser necessário um "combate cerrado a esta praga".

Prática fascizante

Em resposta a uma intervenção da deputada do PSD Nilza Sena que invocou a tradição académica "muito arreigada" em cidades como Coimbra, considerando "muito forte" a expressão "praga", Manuel Heitor disse que as praxes nada têm a ver com "tradição académica".

"Com todo o respeito pela vida académica, a prática, diria mesmo fascizante, das

praxes, não tem nada a ver com tradição académica", acrescentou.

Recorde-se a propósito a carta aberta a todas as instituições de ensino superior, subscrita por 100 personalidades de vários quadrantes sociais e profissionais, onde se pede uma alternativa às praxes.

Entre os subscritores contam-se, entre outros, o professor universitário José Adelino Maltez, o capitão de Abril Vasco Lourenço, escritores como Luísa Costa Gomes e Miguel Sousa Tavares, os deputados Alexandre Quintanilha (PS), Paula Teixeira da Cruz (PSD), Teresa Caeiro (CDS-PP), André Silva (PAN), o ex-ministro e presidente honorário do PS António Arnaut, o sociólogo André Freire, ou Pilar del Rio, viúva do escritor José Saramago. ■



ATENTADO EM NICE

ANTÓNIO COSTA APELA À SOLIDARIEDADE EUROPEIA NO COMBATE AO TERRORISMO

O primeiro-ministro e líder do PS, António Costa, sublinhou que o atentado na cidade francesa de Nice, que provocou pelo menos 84 mortos e dezenas de feridos, não atingiu apenas aquele país mas todos os europeus.

DURANTE uma cerimónia pública em Viana do Castelo, António Costa, ao comentar o ataque terrorista de Nice, fez questão de se dirigir na língua francesa para transmitir as suas condolências e também “amizade e solidariedade” ao povo francês.

“O atentado não é apenas um atentado à cidade de Nice. Foi um atentado que tocou todos os europeus e isso significa que é uma mensagem muito clara. O que é que deve fazer a Europa no futuro? Deve centrar-se sobre os problemas reais e concretos das pessoas e isso quer dizer a solidariedade da Europa para combater a ameaça terrorista transnacional a que fazemos frente e que ameaça a civilização europeia”, afirmou o

primeiro-ministro. António Costa disse já ter transmitido as condolências ao Presidente da República de França, François Hollande, e ao primeiro-ministro, Manuel Valls, e realçou que hoje todos os europeus partilham mais do que “os grandes valores da Liberdade, Igualdade e da Fraternidade” que se celebravam no dia 14 de julho em França.

Portugal ao lado da França

O Governo português emitiu hoje um comunicado a condenar “veementemente” o atentado, garantindo que “Portugal está ao lado da França” no combate ao terrorismo.

Em nota enviada pelo gabinete do ministro dos Negócios Es-

trangeiros, o Governo português “repudia” o ataque “que manchou de terror e dor um dia de celebração da liberdade e da fraternidade”, que é feriado em França.

O Executivo português informa ter transmitido o seu “profundo pesar” às autoridades francesas e às famílias das vítimas, manifestando ainda “solidariedade para com os feridos e o povo francês”.

A nota oficial do Governo português reitera a “firme condenação do terrorismo sob todas as suas formas” e assegura que “Portugal está ao lado da França na defesa da paz, da segurança e da liberdade e empenhado na prossecução de ações coletivas de prevenção e repressão de atos terroristas atroz”. ■

MICHEL ROCARD

O PARTIDO Socialista transmitiu as suas profundas condolências ao Partido Socialista francês (PSF) pelo falecimento de Michel Rocard, ex-primeiro ministro francês e antigo líder do PSF.

Michel Rocard foi uma figura de relevo do socialismo europeu, uma personalidade marcante da vida política francesa, um europeísta convicto e um excepcional deputado no Parlamento Europeu.

Michel Rocard foi um dos fundadores do novo Partido Socialista



Francês no histórico Congresso de Epinay de 1971.

Nos atuais tempos de incerteza, não podemos deixar de recordar uma figura marcante da vida política europeia contemporânea, cujo legado político nos deve inspirar a renovar os valores que fundaram o projeto europeu.

Michel Rocard foi primeiro-ministro de França, sob a presidência de François Mitterrand, entre 1988 e 1991. Liderou o Partido Socialista francês entre 1993 e 1994, sendo deputado ao Parlamento Europeu durante 15 anos, entre 1994 e 2009. Faleceu este sábado, aos 85 anos. ■



O sonho realizou-se. A nossa seleção de futebol brindou-nos com uma saborosa e inesquecível vitória. O 10 de julho de 2016 vai ficar nos anais do desporto português como o dia histórico em que Portugal venceu, pela primeira vez, o Europeu de Futebol.

As boas notícias não ficam por aqui. Vários atletas portugueses conquistaram lugares no pódio e fizeram ouvir o nosso hino no Campeonato da Europa de Atletismo, realizado em Amesterdão. A seleção nacional de sub-17 conquistou o título de campeã europeia de juvenis. Os sub-19 venceram a seleção alemã, a anfitriã do Europeu Alemanha-2016. E houve vitórias no hóquei, no surf e noutras modalidades.

Mas não é só no Desporto que Portugal está em alta. Também marca pontos nas áreas da Ciência e da Inovação e da Educação. Há cientistas portugueses no grupo dos melhores do mundo. Empresas inovadoras foram premiadas pelo Horizonte 2020. E é portuguesa aquela que foi eleita a melhor estudante de MBA do mundo. Como disse o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, Portugal está “numa onda feliz”. E para a onda de felicidade ser maior, esperamos com legítima expectativa que António Guterres suceda a Ban Ki-moon no cargo de secretário-geral da ONU.

Não fora a má herança do governo PSD/CDS designadamente os problemas da banca portuguesa que deveriam ter sido solucionados durante a vigência da troica e a tacanhez de alguns responsáveis europeus, e mais razões haveria para os portugueses olharem o futuro com confiança. O governo do PS tem cumprido o que prometeu na campanha eleitoral, melhorando o rendimento das famílias e provando que é possível seguir um outro caminho e respeitar os compromissos europeus. Todas as previsões, incluindo de organizações internacionais, antecipam que em 2016 Portugal tenha o défice mais baixo da última década. Menos se compreende por isso que a Comissão Europeia possa aplicar sanções a Portugal, pelo facto de em 2015 ter falhado em duas décimas o objetivo do défice. Com o drama dos refugiados por resolver, com as imprevisíveis consequências do ‘Brexit’, com o gravíssimo problema do terrorismo, é no mínimo ridículo perder-se tempo e energias com a derrapagem de 0,2% do PIB português.

Felizmente há uma nova atitude do governo português em relação à Europa. O governo PSD/CDS orgulhava-se de ser bom aluno e baixava a cerviz perante os ditames das instituições europeias. O governo PS comporta-se como um inter pares, num diálogo permanente e construtivo para ajudar a resolver os problemas comuns e defender o interesse nacional. Tem sido assim em geral e também em relação às famigeradas sanções. António Costa tudo tem feito para as evitar, considerando-as injustas, porque prejudicariam os já muito sacrificados portugueses, e imorais, porque a Comissão Europeia não pode sancionar agora as políticas que impôs e elogiou. ■



PACTO ORÇAMENTAL É ESPARTILHO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA EUROPA

O Pacto Orçamental limita o crescimento económico da União Europeia, defendeu no dia 14 de julho, em Setúbal, António Costa, afirmando não ter dúvidas de que a manterem-se as regras impostas pelo Tratado Orçamenta, só muito dificilmente a Europa encontrará o caminho do crescimento económico.

O PRIMEIRO-MINISTRO foi ontem a Setúbal falar a centenas de militantes e apoiantes do PS, no âmbito da iniciativa "Prestar contas aos portugueses", tendo afirmado, pela primeira vez, desde que assumiu a liderança do Governo, estar "cada vez mais convencido" de que as regras impostas pelo Tratado Orçamental estão a "limitar o crescimento e o progresso económico da União Europeia". Defendendo que os europeus têm de encontrar rápida e sustentadamente um outro caminho para novas políticas eco-

nómicas, que sejam capazes de ajudar a "virar o rumo" imposto pelo Pacto Orçamental, António Costa lembrou o enorme "descontentamento" que é visível "um pouco por toda a Europa", quer da parte dos cidadãos, quer das empresas. Para o secretário-geral socialista, a União Europeia depara-se, para além de um claro estrangulamento ao seu desenvolvimento económico, imposto pelo Tratado Orçamental, com um outro problema a médio prazo, lembrando a propósito o aviso do Banco Central Europeu

(BCE), quando alertou para o facto de se estarem a "esgotar" os mecanismos de política monetária que têm permitido que as taxas de juro se mantenham baixas e para que haja "liquidez no mercado", possibilitando assim que "possa haver ainda crescimento". Contudo, para o Secretário-geral socialista e primeiro-ministro, não basta que haja taxas de juro baixas e liquidez no mercado, porque enquanto os empresários e os potenciais investidores, nacionais e estrangeiros, continuarem a deparar-se com

um cenário de estagnação económica, como o que existe atualmente na Europa, continuarão a manter um baixo perfil de investimentos, cenário que para António Costa só se alterará caso se venham a verificar novas perspetivas de crescimento. Algo que só acontecerá, como defendeu, se houver uma profunda alteração das regras atuais impostas pelo Pacto Orçamental, a par de uma "mudança na correlação das forças políticas europeias" e de um "combate político", que o primeiro-ministro diz que é preciso

travar à escala europeia, dando o exemplo do que está a acontecer perante a "intenção da União Europeia de aplicar sanções a Portugal e Espanha". Não há moeda única sem regras. Não deixando de reconhecer que uma moeda comum exige regras, António Costa defende contudo que se não se encontrarem igualmente novos mecanismos que garantam uma mais adequada "solidariedade orçamental", só muito dificilmente se poderá corrigir os atuais desequilíbrios no seio da União Europeia. ■

SANÇÕES A PORTUGAL SÃO INJUSTIFICADAS E CONTRAPRODUCENTES

O primeiro-ministro considerou a decisão anunciada no dia 12 de julho pelo Ecofin, de aplicar sanções a Portugal, como injustificada e "altamente contraproducente", assegurando que o Governo vai responder formalmente, dentro do prazo estabelecido, ao Conselho de Ministros das Finanças da União Europeia.

REAGINDO à deliberação tomada pelo Ecofin, que aprovou a recomendação da Comissão Europeia para que seja agravado o procedimento por défice excessivo a Portugal e a Espanha, António Costa diz tratar-se de uma decisão "injustificada", que a concretizar-se, teria

efeitos "altamente contraproducentes", exprimindo contudo o desejo de que prevaleça o "bom senso" na Comissão Europeia. Garantindo que Portugal vai responder dentro do prazo estabelecido de dez dias ao Conselho de Ministros das Finan-

ças da União Europeia, António Costa não deixou contudo de sublinhar que o anúncio de que Portugal poderá ser alvo de sanções por não ter adotado "medidas eficazes" para corrigir os défices excessivos de 2013 a 2015, da responsabilidade da anterior maio-

ria de direita, é uma decisão "formal" que vem na decorrência da reunião de ontem do Eurogrupo. Para o primeiro-ministro, caso o país viesse a ser eventualmente sancionado pela Comissão Europeia, "em nada contribuiria para o fortalecimento da economia europeia ou da zona euro", garantindo ser esta a posição que o Governo português vai defender em Bruxelas. António Costa, que falava escassos minutos após ser anunciada a decisão do Ecofin, fez questão de insistir que o que está em apreciação nas instâncias europeias não tem a ver com a execução orçamental de 2016, mas sim, "exclusi-

vamente", com o período entre 2013 e 2015, da responsabilidade do anterior Governo, reafirmando ser "absolutamente injustificado" ouvir a oposição dizer que o atual Governo não tem procurado cumprir as metas de redução do défice, quando é a União Europeia, nas suas próprias previsões, a reconhecer que Portugal, pela primeira vez, "vai ficar abaixo de um défice de 3%". Isto mesmo, realça, é reiterado pelos números de maio e junho, que "confirmam que Portugal está na boa rota, sem plano B ou medidas adicionais" no sentido de cumprir os "objetivos a que se propôs ao nível orçamental". ■



GOVERNO AVANÇA COM PROGRAMA “INTERNACIONALIZAR”

O primeiro-ministro, António Costa, anunciou no dia 12 de julho que o Governo vai lançar no próximo mês de setembro o programa ‘Internacionalizar’, destinado a impulsionar as exportações, captar investimento direto estrangeiro e apoiar o investimento de empresas nacionais no mercado externo.

NO FINAL da primeira reunião do Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia a que presidiu, António Costa salientou o alargado conjunto de contributos já recolhidos, em resultado das reuniões mantidas nas últimas semanas com as principais empresas e associações exportadoras do país.

“Temos já reunido um conjunto de contributos que nos permitirá fazer já uma próxima reunião em setembro para aprovar um programa denominado ‘Inter-

nacionalizar’. Será um programa virado para criar um conjunto de mecanismos de apoio às exportações, à atração de investimento direto estrangeiro e a apoiar o investimento de empresas portuguesas no mercado externo”, especificou.

O líder do Executivo salientou que, a par do programa ‘Capitalizar’, o novo programa ‘Internacionalizar’ pretende dar “um contributo forte para o crescimento económico do país, através do investimento empresarial”.

António Costa referiu ainda que o Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia, hoje reunido, foi recentemente alargado a associações empresariais, “tendo em vista promover uma maior aproximação à economia real”.

O Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia é um órgão que junta membros do Governo, das confederações patronais e agora também das associações empresariais, destinando-se a analisar linhas de ação para impulsionar as ex-

portações e a captação de investimento externo.

Nesta reunião, além do primeiro-ministro, estiveram também presentes os ministros dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José António Vieira da Silva, da Economia, Manuel Caldeira Cabral, da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos, e do Mar, Ana Paula Vitorino. O secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, Nelson de Souza, re-

presentou o ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques.

As entidades representadas neste conselho são as confederações da Indústria Portuguesa (CIP), da Agricultura de Portugal (CAP), do Turismo e do Comércio, a Associação Industrial Portuguesa (AIP), a Associação Empresarial Portuguesa (AEP), a Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa, a Confagri e a Confederação Portuguesa da Construção e Imobiliário. ■

GOVERNO LANÇA DUAS LINHAS DE FINANCIAMENTO ÀS EMPRESAS

Financiar e capitalizar as empresas é o objetivo dos dois instrumentos financeiros que o Governo acaba de lançar com o propósito de injetar mil e cem milhões de euros na economia nacional já a partir do terceiro trimestre do ano.

O ANÚNCIO foi feito pelo primeiro-ministro na cerimónia de assinatura dos protocolos destes instrumentos financeiros, com António Costa a defender que o investimento nas empresas representa para o Governo que lidera “um passo importante” a que “quer dar toda a força”.

Denominados “Linhas de Crédito com Garantia Mútua e Linha de Financiamento a Operações de Capital Reversível”, ambos os instrumentos financeiros inserem-se no programa Capitalizar, entretanto aprovado em Conselho de Ministros, e que pretende criar, como destacou o primeiro-ministro, “melhores



condições às empresas”, através de novos instrumentos de financiamento e de uma nova estrutura fiscal, iniciativas que têm como objetivo fortalecer as empresas que “queiram investir com base em capitais próprios”.

Isto mesmo foi igualmente re-

ferido pelo ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, também presente nesta cerimónia, lembrando que o programa Capitalizar, onde se inserem as duas linhas de financiamento, representa “um passo importante para o relançamento do investimento”.

Fundos europeus

Ambas as linhas são financiadas por Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, e assentam numa estratégia, como adiantou António Costa, de “coinvestimento de recursos públicos com investimentos privados”, sendo que tanto a Linha de Crédito com Garantia Mútua, destinada a financiar projetos de investimento de PME, como a Linha de Financiamento a Operações de Capital Reversível, que se destina ao cofinanciamento de intermediários financeiros para a realização de operações de capital reversível junto das PME, “serão geridas pela Instituição Financeira de Desenvolvimento”. ■



GOVERNO DINAMIZA APOIOS ÀS ARTES

O ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes, revelou no dia 14 de julho, na Comissão Parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, que os concursos pontuais de apoio às artes estarão abertos, calendarizando para breve a abertura dos concursos em projetos de internacionalização.

NA TOTALIDADE, estes apoios envolvem montante de cerca de dois milhões de euros, tendo o ministro sublinhado em particular a “decisão estratégica de reforçar, de forma crescente, os apoios pontuais”, cujos concursos vão abrir este ano com um valor superior em cem mil euros aos do ano passado. Um reforço, assinalou, por seu lado, o secretário de Estado Mi-

guel Honrado que, não sendo ainda o que a tutela desejaria, “é o possível neste momento, e é um sinal de uma atenção a manter para o futuro. Os concursos pontuais são muito estruturantes, e responsáveis pela sustentação do universo das artes”, acrescentou. Do montante global orçamentado, os concursos pontuais vão abrir com 900 mil euros - mais

100 mil do que no ano passado -, cabendo aos concursos a projetos de internacionalização 400 mil euros.

Novo modelo de gestão das entidades culturais

Perante os deputados da comissão de Cultura, o ministro Castro Mendes anunciou também que o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), em Lisboa, vai tes-

tar um novo modelo de gestão das entidades culturais, que será posteriormente estendido a outros organismos da cultura. O titular da pasta da Cultura justificou a escolha para a fase experimental do novo modelo, do qual não adiantou para já pormenores, embora reafirmando que não será uma empresa pública ou fundação, porque o Museu de Arte Antiga oferece condições

privilegiadas ao ter atualmente “uma gestão extraordinária”. Criado em 1884, o MNAA acolhe a mais relevante coleção pública de arte antiga do país, em pintura, escultura, artes decorativas portuguesas, europeias e da Expansão Marítima Portuguesa, desde a Idade Média até ao século XIX, incluindo o maior número de obras classificadas como tesouros nacionais. ■

PS PROPÕE ACESSO GRATUITO AOS MUSEUS PARA JOVENS ATÉ 30 ANOS

O Grupo Parlamentar do PS deu entrada na Assembleia da República de um projeto de resolução onde se recomenda ao Governo a gratuidade do acesso aos museus e monumentos nacionais para jovens até aos 30 anos, durante os fins de semana e feriados.

A INICIATIVA legislativa, elaborada pelos deputados da Juventude Socialista, tem como primeiro subscritor Diogo Leão, que explica ser objetivo desta proposta dar “um importante sinal aos jovens de que a Cultura portuguesa é um legado que também lhes pertence e, acima de tudo, é um legado que nos cabe acarinhar e preservar”. O projeto de resolução começa por lembrar que no VI pilar do programa do Governo, ‘Priori-

dade à Inovação’, se determina um maior investimento na Cultura, democratizando o acesso à mesma para a generalidade da população portuguesa, através de uma atuação “pautada por um respeito pelo imperativo constitucional de garantir o acesso democrático à criação e fruição culturais, a preservação, expansão e divulgação do nosso património material e imaterial”. Os deputados subscritores salientam ainda o papel da crise

económica que “veio agravar a situação, promovendo um enorme desperdício do potencial criativo, social e económico que o setor da Cultura representa para o país”. “Nessa medida, a defesa de uma estratégia concertada para a disseminação interna e promoção internacional da Cultura portuguesa, capaz de reforçar a imagem da riqueza patrimonial e do dinamismo criativo de Portugal, deve ser assumida como

uma prioridade”, consideram os deputados socialistas. Assim, é recomendado ao Governo que “coloque em prática a medida prevista no seu programa de instituir a gratuidade de acesso aos museus e monumentos nacionais para jovens até aos 30 anos, durante os fins de semana e feriados, até ao início de 2017”. Para além do deputado Diogo Leão, a iniciativa é igualmente subscrita por todos os par-

lamentares da JS, João Torres, Ivan Gonçalves e Inês Lamego, bem como pelo vice-presidente da bancada socialista, Pedro Delgado Alves, pela presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Edite Estrela, pela coordenadora do Grupo Parlamentar do PS para as áreas da Cultura e Comunicação, Gabriela Canavilhas, e pelos deputados Susana Amador, Idália Serrão, Maria da Luz Rosinha e Carla Sousa. ■

PORTUGAL CAMPEÃO EUROPEU UMA VITÓRIA ÚNICA PELA QUAL OS PORTUGUESES ANSIAVAM

O primeiro-ministro, António Costa, enalteceu “o trabalho extraordinário” da seleção de Portugal que venceu o campeonato europeu de futebol, afirmando que foi uma vitória única pela qual todos os portugueses ansiavam.

EM PARIS, onde assistiu à final do europeu, António Costa afirmou que “trazia uma grande confiança” para o jogo decisivo, sublinhando o feito histórico dos atletas portugueses.

“Só vir à final já era um grande prémio para o trabalho extraordinário desta seleção, mas a vitória é única”, destacou.

Visivelmente satisfeito, o chefe do Governo acrescentou que, além de todos os portugueses, “todos aqueles que gostam e são amigos de Portugal estão hoje a festejar esta vitória”.

“Tivemos muitos embates com França durante muitos anos, mas nunca tivemos aquela pontinha de sorte. Está feito o acerto de contas”, disse ainda, numa nota de boa disposição, referindo-se a anteriores embates que não foram felizes para as cores nacionais.

António Costa referiu ainda ter elogiado, junto do Presidente François Hollande e do primeiro-ministro Manuel Valls, a forma

como a França organizou a competição, “em condições extraordinárias, depois de terem sofrido um ataque terrorista violentíssimo, há poucos meses”. “Tudo correu impecavelmente”, salientou.

Governo saúda feito “enorme e inédito”

Em nome do Governo português, o ministro da Educação e o secretário de Estado da Juventude e Desporto saudaram a seleção nacional de futebol pelo “enorme” e “inédito” sucesso alcançado.

Em nota oficial do Ministério da Educação, o ministro Tiago Brandão Rodrigues e o secretário de Estado João Paulo Rebelo “congratulam-se com o enorme, e até hoje inédito, sucesso alcançado pela seleção nacional de futebol, enviando mais um fortíssimo abraço de parabéns a todos os jogadores, equipa técnica e dirigentes da Federação Portuguesa de Futebol, pelo título de Campeão Europeu de Futebol”.



“Reconhecemos o elevado esforço e profissionalismo da Seleção Nacional de futebol em competir ao mais alto e exigente nível, saudando a ambição de sucesso que sempre transporta, com os valores do coletivo e a alma de um povo sempre presentes”, lê-se no comunicado.

A tutela deixa também uma palavra de celebração para o desporto português, que mostrou “excelência” no campeonato Europeu de Atletismo, que decorreu em Amesterdão, onde a apresentação nacional alcançou a conquista de seis medalhas.

Presidente da AR exalta “nação valente”

Também o presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, manifestou orgulho e satisfação pelo triunfo português no Europeu, considerando que a

seleção nacional voltou a mostrar ao mundo que Portugal é uma “nação valente”.

“A Federação Portuguesa de Futebol, a equipa técnica, superiormente dirigida pelo eng. Fernando Santos e todos os jogadores, liderados pelo grande capitão Cristiano Ronaldo, voltaram a mostrar ao Mundo que Portugal é uma “nação valente”, sublinhou Ferro Rodrigues, numa mensagem escrita em que fez questão de lembrar a alegria proporcionada a todos os portugueses.

Seleção recebida em Belém

“Ganhar o Europeu, em França, frente à França, é uma satisfação ainda maior, tendo em conta a enorme felicidade que certamente sentem todos os portugueses que lá vivem. Nós merecemos esta felicidade,

os emigrantes, em França e no resto do Mundo, também”, enfatizou.

A seleção nacional, depois de aterrar em Lisboa, foi recebida nos jardins do Palácio de Belém pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, numa cerimónia em que também estiveram presentes o presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, o primeiro-ministro, António Costa, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, e os líderes dos partidos representados na Assembleia da República.

A comitiva portuguesa prosseguiu depois o percurso em autocarro aberto por algumas das principais artérias de Lisboa, calorosamente saudada por muitos milhares de portugueses, até à Alameda Dom Afonso Henriques. ■

PRIMEIRO-MINISTRO DESEJOU ÊXITO AOS ATLETAS OLÍMPICOS

ANTÓNIO COSTA desejou boa sorte à comitiva que representará Portugal nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, tendo assinado que os “grandes resultados a nível europeu” obtidos recentemente pelos atletas nacionais na canoagem, no atletismo e no futebol são um bom auspício para a participação olímpica portuguesa nos jogos que vão decor-

rer entre 5 e 21 de agosto. Na cerimónia de receção ao Comité Olímpico e à delegação olímpica de Portugal, realizada na Presidência da República, em Belém, o primeiro-ministro fez votos para que os atletas portugueses tragam medalhas, mas citou Pierre de Coubertin, o criador dos jogos olímpicos da era moderna, para defender que



“mais importante do que ganhar é lutar bem”.

“Todos queremos ouvir o hino, todos queremos ver a bandeira

subir, mas já temos todos uma enorme alegria em ver-vos representar-nos nestes jogos olímpicos, e com a certeza

de que irão lutar muito bem”, afirmou.

António Costa referiu que olimpíadas “são, em primeiro lugar, um desafio à superação pessoal, de ser mais rápido, ir mais alto ou ser mais forte, e também sempre uma representação do país”, fazendo votos para que os portugueses tenham “a enorme alegria” de ver os seus atletas conquistar medalhas.

Nesta cerimónia estiveram presentes cerca de 50 atletas, responsáveis técnicos e dirigentes federativos que vão estar nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em representação de Portugal. ■

AGIR PARA TIRAR O PAÍS DO ADIAMENTO DEIXADO PELA DIREITA

O PRESIDENTE do Grupo Parlamentar do PS considerou “essencial agir” face aos sucessivos adiamentos dos governos da direita. Ao intervir no debate, na Assembleia da República sobre o Estado da Nação, Carlos César, referindo-se ao sector financeiro, afirmou que PSD e CDS o que fizeram foi “adiar, adiar, adiar, adiar, dois, três, quatro anos e o país sempre a perder”.

“Como pode o interesse público ser defendido nestes últimos quatro anos, se tudo foi adiado até à véspera do colapso?”, perguntou Carlos César.

Dirigindo-se às bancadas do PSD e CDS, o líder da bancada socialista recordou as promessas não cumpridas. “Prometeram reduzir o défice e deixaram-nos à beira de sanções. Prometeram baixar a dívida e deixaram-na 30 pontos



JORGE FERREIRA

acima. O investimento ficou em marcha atrás”, disse.

Uma “pesada herança” deixada pelo PSD e o CDS, “envolven-

do do sector financeiro e os bancos, um após outro. Fecharam os próprios olhos e os dos outros para passarem despercebidos

em tempo de eleições. O PSD e o CDS, sim, comportaram-se como se estivessem a governar em campanha eleitoral”.

PSD e CDS atrapalham o próprio país

“Para tramar o atual Governo, não se importam de atrapalhar o próprio país. O PSD chegou ao ponto zero do orgulho português”, sublinhou Carlos César ao introduzir no debate o tema da execução orçamental de 2015.

“Enquanto o PS e o atual Governo se têm empenhado em defender a execução orçamental de 2015, o PSD e o CDS retribuíram denegrindo, no exterior, a atual execução orçamental”, advogou. ■

INTERESSE NACIONAL É COMBINAR CRESCIMENTO E CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL

O MINISTRO dos Negócios Estrangeiros defendeu que “o interesse nacional é combinar crescimento económico, estabilização financeira e consolidação orçamental”, no encerramento do debate do Estado da Nação na Assembleia da República.

Segundo sublinhou Augusto Santos Silva, Portugal “enfrenta muitas dificuldades conjunturais e estruturais e precisa de estar unido face a elas”.

Mas frisou que “unidade não quer dizer, bem entendido, unanimis-

mo. A unidade que precisamos é que se funda no debate democrático e na prossecução do interesse nacional. Defendemos o interesse nacional, mantendo o consenso que reforça a posição portuguesa no quadro europeu e não quebrando esse consenso para tentar tirar partido na política interna”.

Na sua intervenção, o ministro salientou que “Portugal é hoje um dos países europeus com melhor clima social, maior estabilidade política e melhor coope-



JORGE FERREIRA

ração entre todos os órgãos de soberania”.

Por outro lado, Santos Silva lembrou a “evidência” do incumprimento orçamental de 2013 a 2015, anos em que, frisou, “os objetivos proclamados foram in-

cumpridos”, porque “a austeridade cega, que sacrifica a economia e os direitos das pessoas, não resolve, antes agrava as dificuldades orçamentais”. “Só com crescimento se consegue uma consolidação orçamental robu-

ta e duradoura”, defendeu.

Falta de comparência da oposição

A terminar a sua intervenção, Augusto Santos Silva fez duras críticas à postura das forças de direita, PSD e CDS, durante o debate.

“A oposição caracterizou-se pela falta de comparência. Em quatro horas de debate, nenhuma ideia apresentou. É que as forças colocadas à direita neste hemiciclo só têm a propor a continuação das políticas de redução de direitos, de corte de rendimentos, de enfraquecimento dos serviços públicos e de esmagamento da procura interna que prosseguiram com resultados tão nefastos na sua anterior governação”, disse. ■

MAIS 7 MIL EMPREGOS COM O PORTUGAL 2020

AO ABRIGO do quadro Portugal 2020 serão criados cerca de 7 mil postos de trabalho, indicou o ministro do Planeamento e das Infraestruturas na sua intervenção no debate do Estado da Nação, na Assembleia da República.

“Com esta nova grande procura e com o reforço do montante para estes projetos, esperamos que mais do que dupliquemos os empregos criados pelo investimento” apoiado pelo Portugal 2020, sublinhou Pedro Marques, recordando que “desde o primeiro dia” o Governo do PS tem acelerado a execução dos fundos europeus, que são, frisou “um instrumento fundamental

para mobilizar o investimento”.

A propósito do encerramento do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), Pedro Marques lembrou que quando o Executivo liderado por António Costa, o QREN estava com um “grande atraso” e o Portugal 2020 estava “quase parado”.

“Em finais de 2015, faltavam pagar 500 milhões de euros do QREN”, disse.

“Por outro lado, no Portugal 2020, os concursos para as obras de proximidade não arancavam e só tinham sido realizados pagamentos de 4 milhões de euros às empresas”, disse Pedro Marques, acrescentando que para inverter a situa-



JORGE FERREIRA

ção, o Executivo do PS assumiu o compromisso de acelerar os pagamentos.

“E lançámos o Plano 100, com o qual nos comprometemos a pagar 100 milhões de euros às empresas nos primeiros 100 dias de Governo. Objetivo cumprido”, realçou.

Estabilidade, investimento, emprego

Por outro lado, salientou que o Governo lançou “concursos de 1,4 mil milhões de euros para que as autarquias possam apresentar os seus projetos. Já recebemos candidaturas para 350 milhões de euros de investimen-

to. Comprometemo-nos a aprovar, em apenas um mês, todas as candidaturas recebidas até final de junho, encurtando prazos, facilitando o investimento de proximidade”.

Pedro Marques referiu ainda “pequenos e médios projetos de reabilitação urbana, de mobilidade sustentável, escolas, centros de saúde ou recuperação de património cultural” como exemplos de investimentos de proximidade realizados pelo Governo.

A concluir, Pedro Marques deixou a certeza de que o Governo “está a demonstrar com a sua ação que os cidadãos, as empresas e as próprias instituições europeias podem confiar no país e nos portugueses”.

“Para que a confiança traga mais estabilidade, mais investimento, melhor emprego”, rematou. ■

DEBATE ESTADO DA NAÇÃO

GOVERNO DEFENDERÁ SEMPRE O PAÍS JUNTO DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

O primeiro-ministro acusou o PSD, durante o debate do Estado da Nação, de ter assumido uma posição “mesquinha” face à questão de eventuais sanções a aplicar a Portugal pelas instituições europeias, lamentando que Passos Coelho, para “encobrir” os resultados de 2015, tenha optado por atacar a execução orçamental deste ano.

LAMENTANDO a irresponsabilidade política do PSD, António Costa acusou Passos Coelho de ter cedido “à mesquinhez partidária” na questão das eventuais sanções a Portugal por parte da União Europeia, garantindo que pela sua parte “nunca terá duas caras” ou “duas palavras”, uma dentro e outra fora de Portugal, realçando a este propósito que defenderá o país junto das instituições europeias, “independentemente do passado e do Governo então em funções”. Uma coerência que, segundo o primeiro-ministro, “infelizmente não é partilhada pelo PSD”, ao ter “rompido” o consenso nacional que tem vindo a envolver o Governo, o Presidente da República e o Parlamento, lamentando António Costa que Passos Coelho não tenha resistido, numa “atitude absolutamente lamentável”, à tentação

de se subjugar à “mesquinhez partidária”.

Atacar a execução orçamental de 2016, como o tem feito a direção do PSD, para justificar as eventuais sanções das instâncias comunitárias a Portugal é, para o primeiro-ministro, estar a tentar esconder o sol com uma peneira, uma vez que o que está em causa, garantiu António Costa, como aliás fica claro na posição já assumida pela Comissão Europeia, é o défice excessivo registado em 2015, da responsabilidade da coligação PSD/CDS, e não a execução orçamental de 2016.

O primeiro-ministro fez questão de sublinhar que a sua principal preocupação, em todo este processo das sanções a aplicar a Portugal, nunca foi imputar culpas ao anterior Governo, por ter apresentado em 2015 um défice das contas pú-



JORGE FERREIRA

blicas acima dos 3%, garantindo que o importante, como frisou, era saber se era justo ou se havia ou não, “justificação para aplicar sanções a Portugal”.

Virar de página é boa notícia para o país

Afirmando não ter “duas caras ou duas palavras”, uma em Portugal e outra em Bruxelas, António Costa lamentou as falsas notícias constantemente lançadas para a comunicação social, garantindo que o seu Governo não “esconde problemas

ao país”.

E afiançou que, ao contrário da anterior maioria de direita, não “assumi em Bruxelas qualquer compromissos às escondidas e à revelia dos portugueses”.

“Nós não fugimos aos problemas. Nós agimos perante os problemas”, acrescentou ainda o primeiro-ministro, garantindo que o seu Governo, ao invés da herança que recebeu, “não deixará surpresas para ninguém”. Falando diretamente para o líder do PSD, António Costa disse que apesar dos grãos na en-

grenagem que a direção de Passos Coelho tentou pôr no processo das sanções em Bruxelas, “há boas notícias” a dar aos portugueses.

Boas notícias que passam, como sublinhou, pelo que hoje é já claro para todos: que este Governo está a virar a página, “não obstante a dose de austeridade com que o anterior Executivo de direita quis fustigar os portugueses”, garantindo que em 2016 Portugal sairá pela primeira vez do procedimento por défice excessivo. ■

ESTE GOVERNO TROUXE PAZ SOCIAL E NORMALIDADE INSTITUCIONAL

O país vive hoje, com este Governo, uma paz social maior e uma cooperação institucional em defesa do interesse nacional, afirmou o primeiro-ministro, na abertura do debate sobre o Estado da Nação na Assembleia da República.

NO BALANÇO sobre os sete meses de ação do seu Governo, António Costa começou por se congratular com a “estabilidade” e a “coerência” que

o Executivo tem vindo a demonstrar, lembrando que os principais objetivos “foram todos cumpridos”.

Para António Costa, o Governo

assenta numa maioria parlamentar “consistente na diversidade da sua identidade”, uma coerência que para o primeiro-ministro tem tradução na “execução das posições conjuntas”, o que fundamenta, como defendeu, que a atual estabilidade governativa aponte para o horizonte da legislatura.

Depois de garantir que o Governo que lidera tem cumprido com o compromisso de ultrapassar o “permanente sobresalto em que o nosso país vivia”, construindo um “clima de paz social e de normalidade institucional”, António Costa foi mais longe e garantiu que

Portugal é hoje um país em que, ao contrário do que sucedeu ao longo dos anos em que a direita governou, os órgãos de soberania “passaram a cooperar na defesa do interesse nacional”, um país, acrescentou, onde hoje é possível “construir compromissos entre o Governo, o Presidente da República e a Assembleia da República”. A este propósito, o primeiro-ministro referiu ainda que com o Governo que lidera há um “maior respeito pelas autonomias regionais e pelo Poder Local”, graças, como realçou, a um clima de “maior confiança e serenidade”, onde a con-

certação social está “mais ativa e se abriu a porta ao diálogo social”.

Manter compromissos europeus

Garantindo que Portugal não deixará de cumprir com todos os compromissos que assumiu com a União Europeia, António Costa insistiu que o país sairá este ano da situação de procedimento por défice excessivo, algo que, como lembrou, “até a própria Comissão Europeia reconhece”, afastando por completo a hipótese de poder adotar medidas adicionais ou um plano B orçamental. ■



REFORMA DA LEI DO ARRENDAMENTO APOIADO APROVADA PELA MAIORIA

O primeiro-ministro comprometeu-se na Assembleia da República, em janeiro, a mudar a lei do arrendamento apoiado em duas questões essenciais: a renda passar a ser calculada em função do rendimento líquido e, em caso de incumprimento, tendo de haver sanções, elas não poderem ser aplicadas de forma meramente administrativa ou com distorções.

O COMPROMISSO foi honrado com a aprovação final global, no Parlamento, de uma profunda reforma do regime legal do arrendamento apoiado que vigora nos bairros e habitações sociais geridos pelo IHRU ou pelas câmaras e empresas municipais de habitação social.

Esta reforma resultou da convergência dos partidos da maioria parlamentar, PS, BE, PCP e PEV, na sequência de um largo conjunto de audiências e audições levadas a cabo pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação nesta sessão legislativa, no âmbito de um grupo de trabalho coordenado pela deputada Helena Roseta. A nova lei vem culminar uma luta de mais de uma década de muitas organizações de moradores dos bairros sociais, que teve eco na grande quantidade de iniciativas sobre renda apoiada no Parlamento. Só entre 2011 e 2015 foram

apresentados 15 projetos de lei, uma proposta de lei (do Governo anterior), 11 projetos de resolução e uma petição, num total de 27 iniciativas.

O Governo anterior de facto mudou a lei, que era de 1993, mas não no sentido defendido há muito pelos moradores e suas associações. Com efeito,

ignorou a necessidade de fazer depender o valor da renda dos rendimentos líquidos, em vez dos rendimentos brutos, dos moradores e instituiu

mecanismos facilitadores de despejos meramente administrativos, com poucas ou nenhuma possibilidade de defesa. ■

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NA PRESENTE REFORMA

- A fórmula de cálculo da renda apoiada passa a ter como base o rendimento líquido de impostos dos agregados familiares e não o rendimento bruto, o que faz toda a diferença para famílias com rendimentos superiores aos mínimos; para famílias isentas de impostos não há impacto, mas essas já estão com rendas mínimas ou muito baixas.
- É introduzida no cálculo do rendimento corrigido uma nova dedução a favor das famílias monoparentais e aumentada a dedução para os maiores de 65 anos;
- É expressamente prevista a possibilidade de regulamentação própria ao nível dos municípios, no respeito pela autonomia do poder local (que aliás detém a larga maioria da habitação social em Portugal)

e previsto o prazo de um ano para adaptarem os regulamentos vigentes à nova lei;

- É revogado o artigo sobre mobilidade (artigo 16º) que espelhava uma visão de habitação social como mera "habitação social de passagem", passando a garantir-se estabilidade acrescida nos contratos (prazo de 10 anos, renováveis por igual período) e favorecendo, por esta via, a coesão e mistura social nos bairros; o senhorio deixa de poder opor-se à renovação do contrato quando não há incumprimento do arrendatário;
- São alteradas as disposições sobre despejo, que na lei em vigor eram desequilibradas em prejuízo dos inquilinos, e retirada a referência ao NRAU; clarifica-se que os contratos de arrendamento apoiado são contratos administrativos, devendo obedecer ao Código do Procedimento Administrativo em matéria de audiência prévia dos interessados e direitos

de recurso;

- É introduzido um artigo com os deveres dos senhorios, entre os quais o dever de manter as habitações em bom estado de habitabilidade; os inquilinos passam a poder solicitar vistorias ao estado de habitabilidade, não podendo haver aumento de renda se o mesmo for "mau" ou "péssimo" (conceitos já definidos legalmente);
- É introduzido o princípio do tratamento mais favorável, por forma a que da nova lei nunca possa resultar um valor de renda superior ao que decorria da lei anterior; os inquilinos com rendas atualizadas ao abrigo dessa lei poderão solicitar a revisão da renda em baixa se tal resultar da nova lei, mesmo que esteja a decorrer um processo de faseamento; caberá aos senhorios disponibilizar informação aos interessados e às organizações de moradores a fim de cada um poder comparar o atual valor de renda com o que resultaria da aplicação da nova lei. ■

CONGRESSO DA TSS/UGT

A ESCOLHA DO PS É A DIGNIDADE DO TRABALHO

A Secretária-geral adjunta socialista, Ana Catarina Mendes, sustentou, durante o Congresso da TSS/UGT, que “a escolha do PS e do Governo que apoia é a dignidade do trabalho, das famílias e a valorização da organização coletiva dos trabalhadores como forma eficiente de lutar por menos desigualdade social e melhor garantia dos direitos dos trabalhadores.”

PARA A DIRIGENTE socialista, que interveio na sessão de abertura dos trabalhos, “o PS acredita que, quanto mais fortes forem os sindicatos, melhor será a sociedade em que vivemos”, estabelecendo um contraponto com a direita, que na sua atual versão neoliberal é tão inimiga da concertação social, da contratação coletiva e da organização coletiva dos trabalhadores.

Ana Catarina Mendes destacou ainda que, na moção recentemente aprovada no XXI Congresso Nacional do partido, o PS reafirmou a centralidade dos sindicatos entre as forças propulsoras do socialismo democrático e a importância do diálogo com os parceiros sindicais, que não deixando de assumir a sua total autonomia face aos partidos representam uma

força privilegiada de afirmação do combate político e da participação cívica.

Na sua intervenção, Ana Catarina Mendes lembrou que a imagem que se colou aos sindicatos, que não se deve ao PS nem aos sindicalistas socialistas, de um sindicalismo por vezes irrealista, demasiado colado a agendas partidárias, por vezes maximalista ou excessivamente centrado no confronto, contribuiu para enfraquecer o movimento sindical.

A dirigente socialista deixou ainda um desafio, convidando “a direção da Tendência Sindical Socialista para que reunamos e reflitamos em conjunto sobre as conclusões dos nossos congressos e estabeleçamos a partir dessa reunião uma parceria renovada de trabalho”. Durante a sua presença no Con-



gresso da TSS/UGT, Ana Catarina Mendes venceu uma palavra de apreço pelo trabalho da central sindical, destacando que “o projeto sindical da UGT abraça valores e princípios que são partilhados pelo PS, ao contrário de outros projetos sindicais mais centrados na sobrevivência dos movimentos comodistas e de movimentos unitários com modelos orgânicos de outras épocas históricas”.

“O PS sabe onde está a maioria dos socialistas que se empenham no sindicalismo. Sabemos bem que é na UGT e nos sindicatos da UGT que está filiada a maior parte dos socialistas que são ativistas sindicais”, observou, acrescentando que “respeitando igualmente as duas centrais sindicais, sabe-

mos que é na UGT que a visão do mundo e do futuro de Portugal encontra maiores repercussões, comunhões e pontos de vista com o PS”.

Medo volta a pairar na Europa

À margem do congresso, a Secretária-geral adjunta do PS comentou ainda a nomeação de Durão Barroso para a administração do banco Goldman Sachs, recordando que “Durão Barroso foi presidente da Comissão Europeia nos piores anos do projeto europeu” e, como prémio, foi trabalhar para a instituição que foi a “principal causadora da destruição dos direitos sociais na União Europeia”.

Ana Catarina Mendes alertou

que o projeto europeu de paz e de solidariedade “está hoje ameaçado pelas políticas neoliberais dos últimos dez anos” que foram conduzidas pela Comissão Europeia, enfatizando que “Durão Barroso foi presidente da Comissão Europeia nos piores anos do projeto europeu”. “E que prémio podia ter Durão Barroso? Só ficar naquela que foi a principal causadora da destruição dos direitos sociais na União Europeia e é contra isto que nós temos que continuar a estar”, disse ainda Ana Catarina Mendes, alertando que “o medo voltou a pairar” na Europa e que “o mal não está nas instituições, mas nos protagonistas do PPE” que são “neoliberais, conservadores e xenófobos”. ■

GOVERNO QUER CAPTAR MAIS CONGRESSOS E EVENTOS NO PAÍS

Com vista a apoiar a captação e realização de congressos e eventos corporativos no país, o Governo vai lançar o programa M&I Portugal – Meeting & Incentives Portugal.

“**ESTE** programa é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de atividades capazes de gerar atratividade nos destinos, contrariar a sazonalidade turística e atenuar assimetrias regionais, que são prioridades deste Governo”, afirmou a

secretária de Estado do Turismo. Ana Mendes Godinho adiantou que o Ministério da Economia considera que o M&I Portugal “reflete a aposta do Governo num produto turístico considerado fundamental para a desconcentração temporal e geográfica



da procura, bem como para a valorização do interior do país”. Segundo sublinhou a secretária

de Estado, no âmbito do programa vão ainda ser disponibilizados na internet uma plataforma

de divulgação dos congressos e eventos corporativos que se realizem em Portugal, a oferta de espaços existente para a sua realização e um calendário de eventos, incluindo os culturais, desportivos e gastronómicos, numa “lógica de oferta nacional integrada”.

De referir que o M&I Portugal 2016-2018 vai ser operacionalizado por uma equipa especializada criada para captação ativa deste tipo de eventos, sob a coordenação do Turismo de Portugal, sendo monitorizado durante o período de vigência, visando otimizar a sua execução. ■

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MELHORAR A QUALIDADE DA DEMOCRACIA E DA DESPESA PÚBLICA

O Governo vai disponibilizar 3 milhões de euros do Orçamento do Estado do próximo ano para o primeiro Orçamento Participativo (OE) Nacional. Até abril, os cidadãos podem apresentar projetos, que depois poderão ser inscritos no Orçamento de 2017, nas áreas da cultura, ciência, agricultura e formação.

FALANDO na cerimónia de apresentação do primeiro Orçamento Participativo à escala nacional, o primeiro-ministro, que estava acompanhado pela ministra da presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, e pela secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, Graça Fonseca, depois de lembrar que o modelo foi já testado, "com enorme êxito", em muitos municípios, contribuindo de forma decisiva para "diminuir a despesa" e "estreitar o diálogo" com as populações, garantiu que o pro-

jeto vai "melhorar a qualidade da democracia e da despesa pública".

O objetivo, adiantou, é alargar de futuro a experiência, tanto em verbas, como em "número de escolhas" para os cidadãos. Para já, esta primeira experiência está limitada ao nível das verbas e no âmbito das escolhas a quatro áreas-chave, cultura, ciência, agricultura e formação, garantindo António Costa que a ambição do Governo é de estender a experiência a outras "áreas temáticas diversificadas", de forma a melhorar a despesa pública, "incentivan-



do a participação dos cidadãos", com mais verbas disponíveis e mais escolhas.

Programa nacional e regional

Considerando que com este mecanismo os portugueses têm agora a "oportunidade de dizer onde e como deve ser gasto dinheiro" do OE, António Costa assumiu que gastar bem o dinheiro público não passa apenas por "aumentar a receita ou reduzir a despesa", mas também por "gastar com eficiência", sustentando que o Orçamento Participativo prioriza a "territorializa-

ção das escolhas", quer através de programas de âmbito nacional, quer regional.

Quanto ao âmbito nacional, o primeiro-ministro lembrou que este primeiro Orçamento Participativo se destina ao Continente e abrange as regiões correspondentes às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), enquanto o programa regional aponta para as regiões autónomas, sendo que neste último caso será "trabalhado em articulação com os respetivos governos regionais". O primeiro-ministro teve ainda oportunidade para se congratular com o facto de ter sido possível avançar com este primeiro Orçamento Participativo a nível nacional, no ano em que Portugal celebra 40 anos das primeiras eleições presidenciais, legislativas, regionais e autárquicas, reconhecendo tratar-se de uma medida "original do Programa do Governo", que em sua opinião irá contribuir, simultaneamente, para melhorar a qualidade da democracia e "aumentar a participação e o envolvimento dos cidadãos", não deixando ainda de contribuir para "melhorar a qualidade da despesa pública". ■

CIMEIRA DA NATO

ANTÓNIO COSTA E OBAMA EM SINTONIA SOBRE FUTURO DAS LAJES

O primeiro-ministro português entregou, em Varsóvia, ao Presidente dos Estados Unidos da América o "resumo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido" entre o ministro da Ciência e Tecnologia e o secretário de Estado da Energia dos EUA para o "aproveitamento dos Açores como uma plataforma muito importante" na investigação.

O BREVE encontro entre António Costa e Barack Obama na cimeira da NATO concentrou-se nos Açores, muito a propósito dos planos futuros para a base das Lajes.

Em causa estão as áreas da climatologia, alterações climáticas, vulcanologia, oceanografia, ou seja, foi "uma boa oportunidade para a reconversão que está em curso da utilização da base das Lajes e encontrar uma nova vocação para aquelas infraestruturas", disse o mandatário português, que manifestou a sua convic-

ção no "interesse pessoal" do Presidente Obama sobre estas temáticas.

De salientar que, depois de Nova Iorque e dos Açores, será realizado um terceiro 'workshop' em Bruxelas, a 19 de setembro, para abordar diretamente a Comissão Europeia sobre a possibilidade de instalar nos Açores um centro de investigação científica internacional.

Também neste contexto de encontros bilaterais com os restantes líderes dos 28 países da NATO, o primeiro-ministro fez notar que um "dos objetivos da

política externa portuguesa" é a promoção da candidatura de António Guterres a secretário-geral da ONU.

Objetivos alcançados

Na reunião da Aliança Atlântica em Varsóvia, o primeiro-ministro português afirmou que "os três objetivos da cimeira foram cumpridos".

No final da reunião dos chefes de Estado e de Governo dos países da NATO que se reuniu na capital polaca durante dois dias, António Costa garantiu que "foi reforçada a dissuasão

e a defesa coletiva, completando o que tinha sido definido em 2014 com os objetivos comuns relativamente ao sistema de dissuasão e defesa na frente leste europeia".

"Decidiu-se empenhar a projeção da estabilidade no flanco sul, designadamente no que diz respeito ao apoio às missões no Iraque e Afeganistão, e à complementaridade entre a NATO e a União Europeia em diálogo com os parceiros no Mediterrâneo, designadamente a Jordânia", afirmou António Costa, acrescentando

que também se decidiu "reforçar a cooperação com a União Europeia".

"Finalmente, decidiu-se um reforço da nossa ação num domínio hoje crescentemente importante para a segurança em geral, que tem a ver com o ciberespaço", disse, adiantando que, nesta área, "por um lado aderimos ao centro de excelência da NATO na defesa do ciberespaço que funciona na Estónia; por outro lado, afirmamos a importância que vai ter a futura academia de Oeiras na formação em ciberdefesa". ■

MULHERES SOCIALISTAS DEBATERAM LIDERANÇA E GÉNERO

O Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS) promoveu no dia 14 de julho, na sede nacional do Largo do Rato, um debate subordinado ao tema “Liderança e Género”. Mulheres e homens têm iguais oportunidades no mundo trabalho? E em funções de chefia e liderança? Todos conseguem chegar ao topo das carreiras? Estas algumas das questões que estiveram em discussão.

NESTE quadro, realce para o facto de no primeiro debate dos candidatos a secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres ter afirmado que “o mundo precisa de liderança e valores” e apontado a igualdade de género como um dos principais valores a promover no seu mandato e como uma questão essencial à promoção da justiça social e do desenvolvimento em todo o Mundo.

O debate que o DNMS-Novas Lideranças promoveu, através de testemunhos sobre percursos de liderança no feminino e no masculino, evidenciou de forma clara que estamos a desperdiçar potencial humano quando, depois do alto investimento, com sucesso na qualificação das mulheres

(60% dos licenciados e 60% dos doutorados são mulheres), não criamos condições, antes pelo contrário, erguemos obstáculos, à sua participação ativa nos processos de decisão.

Segundo a ONU, as mulheres constituem o recurso mais inexplorado da humanidade.

Deste debate resultou a ideia de que são múltiplos os fatores que se conjugam para a afirmação de percursos de Liderança. A aposta no conhecimento, na inovação, na capacidade de comunicar e transmitir ideias de forma clara e convincente e de motivar pessoas para os projetos mobilizadores é fundamental.

Mas é igualmente fundamental, para não desperdiçarmos potencial criativo, que se promovam



estratégias de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal para mulheres e para homens, de modo a que os tempos ocupados na carreira e no cuidado à família se possam distribuir de forma equitativa.

Resultados de estudos internacionais diversos sugerem que a presença de mulheres em posições de liderança pode melhorar o desempenho financeiro das empresas. Os ganhos são maiores quando é maior a proporção de mulheres na chefia. Companhias que aumentaram a presença de mulheres em até 30% em cargos de alta hierarquia viram, em média, um crescimento de 15% em sua rentabilidade. Contudo, também adiantam que a trajetória de Liderança deve ser estimulada e

preparada desde à infância, nas escolas de ensino básico.

Muitas empresas querem de igual modo aumentar a participação das mulheres para aumentar a diversidade ao nível da comunicação, persistência perante dificuldades, flexibilidade, ponderação e estabelecimentos de convergências alargadas de vontade, ou seja, introduções profundas nas culturas organizacionais e introdução de novos estilos de liderança com eficácia em termos de resultados e bem-estar.

A sessão de abertura deste debate contou com a presença de Porfírio Silva, membro da Comissão Permanente do PS, em representação da Secretária-geral adjunta, Ana Catarina Mendes,

e de Elza Pais, presidente do DNMS.

O painel onde os percursos de liderança foram abordados de forma dinâmica teve como moderadora a jornalista da RFM Carla Rocha e como oradores Ana Cláudia Sá, diretora Geral BEL, Margarida Pereira, membro da direção da PWN Lisbon e Partner Financeira da Deloitte, Domingos Guimarães, CEO de uma Start Up e Anabela Pereira da Silva, presidente da APME.

O comentário final foi feito pela professora doutora Anália Torres, especialista em Igualdade e Género. Eduardo Cabrita, ministro Adjunto do primeiro-ministro e Edite Estrela, presidente da Comissão Política do DNMS encerraram este debate. ■

CONHECIMENTO É A BASE DO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

O primeiro-ministro, António Costa, reafirmou, em Caminha, que o conhecimento é “a base” do desenvolvimento e do futuro do país, defendendo ainda que a descentralização é a “pedra angular” da reforma do Estado.

“O CONHECIMENTO é a base do nosso desenvolvimento e do nosso futuro, e para haver conhecimento é essencial investir na cultura e no acesso ao livro e à leitura”, disse, no sábado, durante a inauguração da nova Biblioteca Municipal de Caminha.

Trata-se de um investimento de cerca de um milhão de euros, promovido pela Câmara de Caminha e participado em 85% pelos fundos comunitários. António Costa defendeu a necessidade de transferir mais meios e mais competências



para as juntas de freguesia e para os municípios, porque, frisou, “quem está próximo define melhor”, acrescentando que “a pedra angular da reforma do

Estado é a descentralização”.

A nova Biblioteca de Caminha resultou da recuperação de um edifício antigo no Centro Histórico da vila, um exemplo que

António Costa aproveitou para sublinhar a importância da reabilitação como “uma forma essencial de valorização do património” do país.

António Costa lembrou que, durante muitos anos, o país cresceu com base na construção nova, mas “hoje aprendeu que é essencial apostar na reabilitação”.

Por outro lado, o primeiro-ministro defendeu ser fundamental reforçar o investimento, quer público quer privado, designadamente aproveitando “as primeiras verbas disponíveis” do Portugal 2020. “O investimento é necessário e urgente”, acrescentou. ■

ESTE MÊS FOI NOTÍCIA



DEPUTADOS DA JS REUNIRAM COM PRIMEIRO-MINISTRO

Os deputados da Juventude Socialista à Assembleia da República, João Torres, Diogo Leão, Ivan Gonçalves e Inês Lamego, foram no dia 14 de julho recebidos por António Costa, na residência oficial do primeiro-ministro, em São Bento, mantendo com o chefe do Governo uma reunião que serviu para transmitir algumas das principais preocupações da organização política dos jovens socialistas.

João Torres, Secretário-geral da Juventude Socialista, destacou a "excelente relação entre a Juventude Socialista e o primeiro-ministro e Secretário-geral do Partido Socialista", considerando que esse relacionamento tem permitido "obter importantes vitórias para os jovens portugueses nos últimos meses".

Neste encontro, os deputados ofereceram ao primeiro-ministro uma caracterização de Mário Soares, produzida pela casa Bordallo Pinheiro, onde este surge protegido por um cravo de Abril.

DEPUTADO PS APELA AO DIÁLOGO E COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

O deputado do Partido Socialista José Miguel Medeiros, ao intervir no plenário final da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) que decorreu em Tbilissi, na Geórgia, assumiu como "ganhos civilizacionais" a permanente negociação, o diálogo e a cooperação entre as nações.

"Discutir, dialogar, negociar, decidir; voltar a discutir, voltar a negociar e voltar a decidir, sempre e mais uma vez, rejeitando em absoluto outro método que não seja este para resolver as nossas divergências, tensões e mesmo conflitos, sem nunca abandonar a mesa das negociações e do diálogo", apontou o parlamentar português.

A 25ª sessão anual da Assembleia Parlamentar da OSCE, que reúne 57 Estados participantes, decorreu este ano em Tbilissi, tendo sido dedicada ao tema "25 anos de cooperação parlamentar: construindo confiança através do diálogo".



EDUARDO LOURENÇO DISTINGUIDO PELA ACADEMIA FRANCESA

O filósofo e ensaísta Eduardo Lourenço, de 93 anos, foi galardoado com o Prémio de Divulgação da Língua e Literatura Francesas pela Academia Francesa, em Paris, por ter escrito parte da sua vasta obra em francês. Estes prémios, criados em 1960 e atribuídos anualmente, destinam-se a personalidades francesas ou estrangeiras que tenham prestado serviços excecionais à divulgação da língua e da literatura francesa. Considerado unanimemente como um dos maiores vultos da nossa cultura, Eduardo Lourenço de Faria nas-

ceu em 1923 no concelho de Almeida, distrito da Guarda, tendo frequentado o curso de Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde foi depois professor assistente.

Partiu para França em 1949, onde se encontra radicado até hoje, mas manteve sempre uma forte ligação a Portugal, escrevendo várias obras sobre a sociedade e identidade portuguesa. Foi distinguido com vários prémios de ensaio e crítica, entre eles o Prémio Camões em 1996, e o Prémio Pessoa em 2011, e foi condecorado, em Portugal, com a Ordem de Sant'Iago d'Espada, e a Ordem do Infante D. Henrique.

Em França, recebeu a condecoração de Officier de l'Ordre de Mérite, Chevalier de l'Ordre des Arts et des Lettres, e em Espanha a Encomienda de Numero de la Orden del Mérito Civil.

GOVERNO REFORÇA COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

A secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência defendeu no dia 12, na Amadora, que o investimento na defesa dos direitos das crianças e jovens é um trabalho para o futuro de todos.

"Cada hora de trabalho que investimos em prol destas crianças que se encontram em situações sociais frágeis, que se encontram nas franjas vulneráveis da nossa sociedade, é um trabalho que fazemos em prol do futuro de todos nós, porque estas crianças serão os adultos de amanhã", salientou Ana Sofia Antunes, durante a cerimónia de assinatura de acordos de cooperação com várias entidades para reforço das comissões de proteção de crianças e jovens.

A governante homologou, na Escola Azevedo Neves, na Amadora, protocolos entre a Comissão Nacional de



Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e 11 municípios e uma instituição de solidariedade, para o reforço de técnicos das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Mais tarde, no Porto, foram assinados mais 14 acordos idênticos com municípios das regiões Norte e Centro.

"Considerando o país na sua globalidade, estaremos com esta iniciativa a contratar 80 novos técnicos para trabalhar nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, abrangendo um total de 42 comissões de proteção, respeitantes a 38 municípios", referiu a secretária de Estado.

REGULAÇÃO ATIVA NA ÁREA DA SAÚDE

O ministro da Saúde defendeu a "regulação ativa do mercado" em áreas como a Saúde, considerando "um ato de pura ingenuidade" pensar que o mercado resolve os problemas das pessoas.

Adalberto Campos Fernandes inaugurou no dia 13 de julho, no Eco Parque do Relvão, concelho da Chamusca, distrito de Santarém, o Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Hospitalares e Industriais (CIVTRHI), projeto do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH), que se arrastou nos últimos oito anos, acabando por ser inaugurado depois de uma outra unidade privada. "Não sou dos que acreditam que o mercado resolve os problemas das pessoas. O mercado à solta é perigosíssimo e, em matérias em que a dependência do financiamento público é tão grande como na área da saúde, pensar que o mercado resolve os problemas é de facto um ato de pura ingenuidade", disse. Para o ministro, o SUCH, que serve predominantemente as unidades de saúde dos sectores público e social, é "essencial para que esta regulação ativa do próprio mercado, pela qualidade e pelo preço, se possa afirmar".

REDUZIR PARA METADE OS UTENTES SEM MÉDICO DE FAMÍLIA

Até ao final deste ano, o Governo propõe-se reduzir para metade o número de portugueses sem médico de família. Durante a cerimónia de assinatura de dois contratos-programa para a construção de dois centros de saúde em Mafra, o ministro da Saúde avançou esta determinação do Executivo socialista e afirmou que "Portugal vai ter este ano o maior avanço da sua história na cobertura de portugueses com médico de família". "Até ao final do ano iremos passar de um valor de 1,2 milhões de portugueses sem médico de família para 600 mil", adiantou Adalberto Campos Fernandes. Acrescentando que, na área dos cuidados primários de saúde, o objetivo é "chegar ao fim dos quatro anos de legislatura com um parque edificado de qualidade, onde os profissionais tenham condições de trabalho e onde os cidadãos tenham a sua Unidade de Saúde Familiar, com enfermeiro e médico de família, deixando os hospitais destinados aos cuidados agudos urgentes".

ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA ANA/PS

“VENCER AS AUTÁRQUICAS É O GRANDE OBJETIVO”

Presidente da Câmara de Vila Real, Rui Santos foi eleito em maio como o novo líder da Associação Nacional dos Autarcas Socialistas (ANA/PS), sucedendo a José Luís Carneiro. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o novo líder dos autarcas socialistas fala dos objetivos e prioridades para um mandato que se inicia em vésperas de um novo ciclo autárquico e dos principais desafios que envolvem o poder local.

Foi eleito há menos de dois meses. Que objetivos e prioridades podem ser desde já identificados para este mandato?

Este mandato ficará indelevelmente marcado pelas eleições autárquicas do próximo ano. A ANA/PS terá que estar muito atenta, perceber que existem 308 realidades autárquicas do nosso país e procurar auxiliar, quer os nossos autarcas, quer aqueles que procurarão vir a sê-lo. Isto será conseguido através da criação de uma estratégia inteligente e ponderada, nunca imposta, e articulada de forma estreita com a direção do partido e todas as estruturas. No final, teremos que vencer as eleições autárquicas, sendo esse o objetivo maior do PS.

Ao mesmo tempo, a ANA-PS procurará ser um parceiro ativo na definição das novas políticas públicas relacionadas com as autarquias.

A descentralização de competências para as autarquias e o reforço da autonomia local são assumidos como prioridades pelo atual Governo. Que leitura e que avaliação faz deste processo?

A intenção de iniciar o processo legislativo com vista a descentralizar competências próprias obriga a um processo de análise e consulta muito aprofundado e altamente participado por todos. A municipalização de competências na educação, saúde,

ação social, proteção civil e segurança pública, cultura, transportes, setor primário e habitação poderão significar uma melhoria dos serviços públicos prestados aos cidadãos, acompanhados de uma melhor distribuição de recursos.

As eleições diretas para as áreas metropolitanas e o reforço das CCDR são apontadas como exemplo da estratégia de democratização e descentralização assumida pelo Executivo.

Este processo permitirá também a definição de qual o papel de cada tipo de associação de municípios. As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto representam uma realidade muito diferente da maioria das comunidades intermunicipais do país. Realidades diferentes devem merecer abordagens diferentes.

Depois da primeira geração de políticas, que se centraram sobretudo nas infraestruturas básicas, em que deverão assentar as prioridades para uma nova geração de políticas autárquicas?

Em primeiro lugar, importa lembrar que a criação de infraestruturas básicas, em muitos territórios, ainda decorre. Nesta, como em tantas outras questões, Portugal é um país a várias velocidades. Também não devemos esquecer que o abandono a que foram votados os territórios de baixa densidade, nomeadamente pelo anterior governo.



Seja como for, a nova geração de políticas autárquicas deverá ser direcionada para a economia e para o desenvolvimento local. Também aqui há realidades muito díspares ao longo do país, mas penso que os autarcas estão bem cientes desta necessidade.

A preparação do ciclo autárquico que se avizinha é inevitavelmente marcado pela nova solução governativa

“As nossas listas de candidatos devem ser constituídas pelos melhores de nós, sem egos inflamados nem agendas pessoais e procurando abrir o partido à sociedade”.

para o país, com o apoio dos partidos da esquerda parlamentar. Como tem visto estes primeiros meses de governação?

Tenho que começar por dizer que enquanto militante socialista estou orgulhoso da ação do nosso Governo. Penso que podemos estar todos orgulhosos. Quando os resultados das eleições legislativas de 2015 indicaram a necessidade de uma solução imaginativa e inédita para a aprovação

de um projeto governativo socialista, quando percebemos que teríamos que inovar e conseguir congregar vontades à esquerda, eu, como tantos de nós, tive dúvidas. Hoje, passados alguns meses, as minhas dúvidas estão desfeitas.

Em que medida esta nova realidade política poderá influenciar o desenho autárquico do PS?

Estou convencido que nenhuma das 308 candidaturas autárquicas socialistas do nosso país será prejudicada pela ação do Governo. Muito pelo contrário! O estrito cumprimento dos compromissos assumidos, a reposição dos direitos sociais e do poder de compra da classe média, a capacidade demonstrada em executar o Orçamento do Estado, fazem do Governo socialista um aliado e uma mais-valia. Ao mesmo tempo, a qualidade do trabalho desenvolvido pelos autarcas socialistas tem aprofundado a perceção, pelo eleitorado, de que os valores do humanismo e do socialismo democrático são aqueles que, de facto, vão ao encontro das aspirações e necessidades dos cidadãos.

O Governo é apoiado por todos os partidos da esquerda parlamentar. É uma experiência que vê como possível de ser replicada, em alguns municípios, nas próximas autárquicas?

O facto de haver quatro partidos

a apoiar este Governo não significa que tenhamos passado todos a pensar da mesma forma. Aliás, considero que os partidos à nossa esquerda poderão aproveitar as eleições autárquicas para afirmarem, precisamente, que estão “vivos”, têm ideias e propostas próprias. Não espero que facilitem a vida às candidaturas do PS. Por outro lado, nos territórios onde as estruturas locais dos vários partidos sintam que é benéfico criar projetos em comum, haverá um ambiente mais propício a que isso aconteça. Em alguns concelhos este entendimento poderá ser o fator diferenciador entre ganhar ou perder. Cada caso deve ser analisado individualmente.

Que critérios deverá o PS privilegiar na elaboração das listas autárquicas?

As nossas listas de candidatos devem ser constituídas pelos melhores de nós, sem egos inflamados nem agendas pessoais e procurando abrir o partido à sociedade. Onde somos poder, devemos fugir à criação de entropias desnecessárias e assumir a regra simples de que os candidatos à presidência das câmaras municipais devem ser os atuais presidentes. Não podemos repetir disparates como aquele que aconteceu há três anos em Matosinhos. Não nos dignificam enquanto partido político e não contribuem em nada para um melhor poder autárquico socialista. ■

JOB FOR THE BOY DA EUROPA

GABRIELA CANAVILHAS



“ A culpabilidade da Goldman Sachs na gravíssima crise financeira que o mundo atravessa é inequívoca e é pública

Ao longo de anos, incluindo os 10 anos em que Durão Barroso foi presidente da Comissão Europeia, a Goldman Sachs tem tido nos seus quadros uma grande quantidade de ex-governantes de diferentes países e alguns dos mais altos responsáveis pelas principais instituições europeias: Mário Draghi, Romano Prodi, Mário Monti, Papademos são alguns dos seus exemplos mais conhecidos.

É simultaneamente um estado supra-estados e um estado dentro-dos-estados. O seu imenso poder domina o coração das finanças de Wall Street ou da City e os seus tentáculos estendem-se à escala global. Nesta matéria, a realidade ultrapassa a ficção e dificilmente a imaginação consegue acompanhar o alcance planetário das movimentações conspícuas entre a alta finança, a geopolítica e os compadrios formados no seu seio.

A culpabilidade da Goldman Sachs (GS) na gravíssima crise financeira que o mundo atravessa é inequívoca e é pública, confirmada nomeadamente na investigação da Securities and Exchange Commission dos EUA, que a acusou de fraude por ter criado e vendido ativos tóxicos aos seus clientes e de ter pago dividendos altíssimos a políticos que a favoreceram durante a crise do sub-prime.

Também foi esta instituição financeira que ajudou a Grécia a enganar a UE a esconder os seus deficits para entrar na Zona Euro. Criando “swaps” cambiais com taxas de câmbio fictícias, permitiu que Atenas aumentasse a sua dívida sem reportar esses valores a Bruxelas, cobrando uma fortuna por esta engenharia financeira. Segundo o “Der Spiegel”, em 2005, a GS vendeu os “swaps” a um banco grego, protegendo-se e atirando deliberadamente o perigo de volta para uma Grécia que se afundava e que iria arrastar consigo todo um sistema financeiro, afetando vários países europeus.

Estes dois casos, entre outros, teriam sido o suficiente para abalar a credibilidade desta instituição financeira aos olhos da Europa. Mas assim não foi. Numa União Europeia conduzida por um líder fraco, cinzento, sem resposta perante a crise que o sistema financeiro criou à Europa, sem reação aos desafios complexos que se colocaram à moeda única, sem visão de futuro (exceto do seu próprio, tendo em conta que abandonou o cargo de PM eleito para aceitar outro, pessoalmente mais favorável), Durão Barroso, o homem conveniente porque não interveniente, não impediu sequer que a GS fosse escolhida para assessorar o Fundo de Estabilização Financeira no processo de compra de dívida soberana de países (Portugal, Irlanda) ao abrigo do programa de assistência financeira da UE.

A Europa ajoelha-se à Goldman Sachs e ela agradece. ■



CANDIDATURA ONU

GUTERRES À FRENTE NA PRIMEIRA VOTAÇÃO PARA SECRETÁRIO-GERAL

O resultado da primeira votação no Conselho de Segurança para secretário-geral da ONU, que colocou António Guterres na frente da corrida, é “extremamente positivo”, afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros em Washington, Estados Unidos da América.

SEGUNDO Augusto Santos Silva, “dada a grande qualidade das outras candidaturas apresentadas, é um estímulo claríssimo para a candidatura do engenheiro Guterres e a confirmação de que é particularmente habilitado para o cargo”

De acordo com fontes diplomáticas, durante a votação, cada um dos 15 membros do Conselho indicou se “encoraja”, “desencoraja” ou “não tem opinião” sobre os candidatos. António Guterres recebeu 12 votos de encorajamento, seguido do esloveno Danilo Turk, que recebeu 11.

Neste contexto, o ministro dos Negócios Estrangeiros português salientou que o processo de escolha do secretário-geral que, de forma inédita tem acontecido de forma

pública, com debates e entrevistas, beneficia o candidato português.

Mundo precisa de liderança e valores

Antes, no primeiro debate entre candidatos a secretário-geral da ONU, António Guterres defendeu que o mundo “precisa urgentemente” de “liderança e valores”. Na ocasião, Guterres disse que “com a mudança climática e o aumento da população, o mundo está a ficar mais pequeno e os recursos mais escassos”, razões pelas quais é necessário enfrentar esses desafios.

Na sua declaração inicial no debate com 10 dos 12 candidatos, o candidato português disse que o próximo secretário-geral das Nações Unidas tem de ser “sólido”, um “símbolo de unidade” e “precisa de saber combater, e

derrotar, o populismo político, o racismo e a xenofobia”.

“E esses são valores que defendi toda a minha vida”, venceu, defendendo que uma liderança da ONU não é apenas uma questão de comunicação, “é sobre substância”. Perante uma vasta assistência, António Guterres comprometeu-se a defender a paridade entre géneros nas nomeações da organização, lembrando os seus mandatos como alto-comissário para os Refugiados e os motivos pelos quais concorre agora a secretário-geral.

“Senti a frustração de ver as pessoas a sofrer e saber que não tinha uma solução para elas. Foi por isso que entendi ser minha obrigação candidatar-me a secretário-geral da ONU”, declarou. E afirmou ser a favor da reforma do Conselho de Segurança desta organização. ■

